



Boletim Cultural Digital

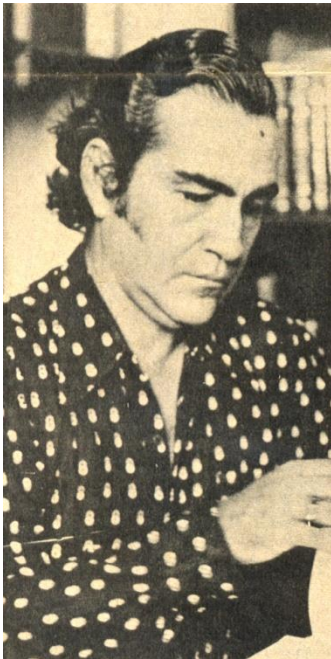
Marambiré

Arte – Cultura – Folclore – História – Literatura – Meio Ambiente



ANO 1 – NÚMERO 2 • 10 DE FEVEREIRO DE 2011 • EDITOR: LUIZ ISMAELINO VALENTE • E-MAIL: ISMAELINO@TERRA.COM.BR

Benedicto Monteiro (1924-2008): o político “cassado” e “caçado” que se transformou num dos maiores autores da literatura amazônica e do Brasil



Benedicto Monteiro
– A Província do Pará,
29/10/74 (arquivo do editor).

Fevereiro é mês de reverenciar o advogado, contista, historiador, poeta, romancista e político Benedicto Wilfredo Monteiro, que, seguramente, é um dos mais importantes nomes da cultura amazônica. Por ter vindo ao mundo, em Alenquer, em 29 de fevereiro de 1924, um ano *bissexto*, seus pais, Ludgero Burlamaqui Monteiro e Heribertina Batista Monteiro, o registraram como nascido em 1º de março, para “não ter que comemorar aniversários só de quatro em quatro anos”. Aos 21 anos, em 1945, no Rio de Janeiro, onde estudava Direito, Benedicto Monteiro estreou na literatura com o livro de poesias *Bandeira Branca*, prefaciado por Dalcídio Jurandir. Mas a literatura quase perdeu o *Dr. Bené* – como era mais conhecido em sua terra –, para a atividade política, que o levou, depois de ter sido promotor público e pretor, a eleger-se, em 1954, vereador em Alenquer, e, em 1958, deputado estadual, sempre pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Integrou o governo de Aurélio Corrêa do Carmo, chefiando a SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), com forte atuação em favor dos colonos assentados ao longo da estrada Belém-Brasília. Com a eclosão do movimento militar de 31 de março de 1964, Benedicto Monteiro, “acusado” de *comunista*, foi literalmente *caçado* e preso pelos *milicos* na região dos castanhais do rio Curuá, em Alenquer, onde buscara refúgio. Só para humilhá-lo, numa inominável afronta à dignidade do preso, os militares fizeram-no desembarcar em Belém descalço e algemado a um dos integrantes de sua escolta armada, como se fosse “um perigoso subversivo”. Antes, porém, os seus próprios pares na Assembleia Legislativa, subservientes ao novo regime, e num gesto de extrema covardia, *cassaram* o seu man-

dato de deputado num caricato e sumário processo em que não lhe deram a menor chance de defesa. Banido da vida pública, Benedicto Monteiro foi submetido a humilhantes e longos processos nas Auditorias Militares, ao fim dos quais foi expressamente absolvido. Antes, porém, com os direitos políticos suspensos por dez anos e boicotado no exercício da profissão de advogado, ele e sua família passaram por sérias privações. Com extraordinária força de vontade, superou a adversidade e aproveitou o período de ostracismo para retomar a literatura interrompida desde 1945. Em 1972 publicou o romance *Verde Vagomundo*, que se tornou um dos clássicos da literatura amazônica, ombreado ao *Coronel Sangrado*, de Inglês de Sousa, *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau, e *Chove nos Campos de Cachoeira*, de Dalcídio Jurandir. Desde então, sucederam-se os magníficos trabalhos saídos da mente fantástica de Benedicto Monteiro: *O Minossauro* (1975), *A Terceira Margem* (1983) e *Aquele Um* (1985) – que, com o *Verde Vagomundo*, formam o que ele chamou de sua “tetralogia amazônica” –, e mais *O Carro dos Milagres* (1983), *O Cancioneiro de Dalcídio* (1985), *Maria de Todos os Rios* (1992), *Transtempo* (1993), *Discurso Sobre a Corda* (1994), *Como se faz um Guerrilheiro* (1995), *A Poesia do Texto* (1999), *A Terceira Dimensão da Mulher* (2002), *Ecologia e Amazônia – Idéias sobre a Educação Eco-*

dato de deputado num caricato e sumário processo em que não lhe deram a menor chance de defesa. Banido da vida pública, Benedicto Monteiro foi submetido a humilhantes e longos processos nas Auditorias Militares, ao fim dos quais foi expressamente absolvido. Antes, porém, com os direitos políticos suspensos por dez anos e boicotado no exercício da profissão de advogado, ele e sua família passaram por sérias privações. Com extraordinária força de vontade, superou a adversidade e aproveitou o período de ostracismo para retomar a literatura interrompida desde 1945. Em 1972 publicou o romance *Verde Vagomundo*, que se tornou um dos clássicos da literatura amazônica, ombreado ao *Coronel Sangrado*, de Inglês de Sousa, *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau, e *Chove nos Campos de Cachoeira*, de Dalcídio Jurandir. Desde então, sucederam-se os magníficos trabalhos saídos da mente fantástica de Benedicto Monteiro: *O Minossauro* (1975), *A Terceira Margem* (1983) e *Aquele Um* (1985) – que, com o *Verde Vagomundo*, formam o que ele chamou de sua “tetralogia amazônica” –, e mais *O Carro dos Milagres* (1983), *O Cancioneiro de Dalcídio* (1985), *Maria de Todos os Rios* (1992), *Transtempo* (1993), *Discurso Sobre a Corda* (1994), *Como se faz um Guerrilheiro* (1995), *A Poesia do Texto* (1999), *A Terceira Dimensão da Mulher* (2002), *Ecologia e Amazônia – Idéias sobre a Educação Eco-*

dato de deputado num caricato e sumário processo em que não lhe deram a menor chance de defesa. Banido da vida pública, Benedicto Monteiro foi submetido a humilhantes e longos processos nas Auditorias Militares, ao fim dos quais foi expressamente absolvido. Antes, porém, com os direitos políticos suspensos por dez anos e boicotado no exercício da profissão de advogado, ele e sua família passaram por sérias privações. Com extraordinária força de vontade, superou a adversidade e aproveitou o período de ostracismo para retomar a literatura interrompida desde 1945. Em 1972 publicou o romance *Verde Vagomundo*, que se tornou um dos clássicos da literatura amazônica, ombreado ao *Coronel Sangrado*, de Inglês de Sousa, *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau, e *Chove nos Campos de Cachoeira*, de Dalcídio Jurandir. Desde então, sucederam-se os magníficos trabalhos saídos da mente fantástica de Benedicto Monteiro: *O Minossauro* (1975), *A Terceira Margem* (1983) e *Aquele Um* (1985) – que, com o *Verde Vagomundo*, formam o que ele chamou de sua “tetralogia amazônica” –, e mais *O Carro dos Milagres* (1983), *O Cancioneiro de Dalcídio* (1985), *Maria de Todos os Rios* (1992), *Transtempo* (1993), *Discurso Sobre a Corda* (1994), *Como se faz um Guerrilheiro* (1995), *A Poesia do Texto* (1999), *A Terceira Dimensão da Mulher* (2002), *Ecologia e Amazônia – Idéias sobre a Educação Eco-*

dato de deputado num caricato e sumário processo em que não lhe deram a menor chance de defesa. Banido da vida pública, Benedicto Monteiro foi submetido a humilhantes e longos processos nas Auditorias Militares, ao fim dos quais foi expressamente absolvido. Antes, porém, com os direitos políticos suspensos por dez anos e boicotado no exercício da profissão de advogado, ele e sua família passaram por sérias privações. Com extraordinária força de vontade, superou a adversidade e aproveitou o período de ostracismo para retomar a literatura interrompida desde 1945. Em 1972 publicou o romance *Verde Vagomundo*, que se tornou um dos clássicos da literatura amazônica, ombreado ao *Coronel Sangrado*, de Inglês de Sousa, *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau, e *Chove nos Campos de Cachoeira*, de Dalcídio Jurandir. Desde então, sucederam-se os magníficos trabalhos saídos da mente fantástica de Benedicto Monteiro: *O Minossauro* (1975), *A Terceira Margem* (1983) e *Aquele Um* (1985) – que, com o *Verde Vagomundo*, formam o que ele chamou de sua “tetralogia amazônica” –, e mais *O Carro dos Milagres* (1983), *O Cancioneiro de Dalcídio* (1985), *Maria de Todos os Rios* (1992), *Transtempo* (1993), *Discurso Sobre a Corda* (1994), *Como se faz um Guerrilheiro* (1995), *A Poesia do Texto* (1999), *A Terceira Dimensão da Mulher* (2002), *Ecologia e Amazônia – Idéias sobre a Educação Eco-*



Contracapa de
“TRANSTEMPO”

lógica (2004) e *História do Pará* (2006) – dentre outros.

Em 1982 Benedicto Monteiro voltou à vida pública, agora como Procurador-Geral do Estado no primeiro governo de Jader Barbalho, ocasião em que organizou a Defensoria Pública e lançou o livro *Direito Agrário*, que aborda a complexa questão fundiária no Pará.

Em 1986 elegeu-se deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista, participando ativamente da Assembleia Nacional Constituinte, sendo um dos subscritores da Constituição da República de 5 de outubro de 1988 – a “Constituição Cidadã”, na definição do

deputado Ulysses Guimarães – que selou a volta do país ao regime democrático depois do longo e tenebroso período da ditadura militar.

Benedicto Monteiro ocupou a Cadeira nº 20 da Academia Paraense de Letras, que tem como patrono o obidense Herculano Marcos Inglês de Sousa, e faleceu em Belém, em 15 de junho de 2008, poucos dias após ser lançado por seus filhos o seu último romance: *O Homem Rio – A Saga de Miguel dos Santos Prazeres*, personagem onipresente em toda a sua obra e que muitos consideram o verdadeiro *alter ego* do escritor.

De Kararô a Belo Monte – uma megahidrelétrica tão cheia de problemas

Fevereiro de 1989: em um ginásio na cidade de Altamira/PA, realizava-se o I Encontro Nacional das Nações Indígenas do Xingu. Técnicos da Eletronorte tentavam explicar aos nativos os benefícios da UHE de Kararô, que o governo queria construir a toque de caixa e a todo custo na chamada “volta do Xingu”. De inopino, levanta-se Tuíra, índia da nação kaiapó, gesticulando e falando em sua própria língua. Aproxima-se da mesa oficial e literalmente esfrega várias vezes um terçado no rosto lívido e petrificado do engenheiro José Antônio Muniz Lopes, diretor da Eletronorte, ante o olhar estarecido da platéia e do grito de guerra dos índios: “Uh! Uh! Uh!” A cena tornou-se célebre e correu o mundo, eternizada em vídeos e fotografias. Benedicto Monteiro cantou o episódio no poema *Ode à Índia Tuíra*, no qual se lêem estes versos: “*Quantos mil anos / levaste / índia Tuíra, / pra lançar o teu gesto / de paz e de guerra / no rastro e no rosto / do massacre do branco / civilizador (...) Quantos mil anos / chegaste, / índia Tuíra / pra brandir o teu terçado, / na cara da cara, / na história da história, / de quem sempre traiu / o teu destino.*”

Kararô é uma palavra sagrada, de cunho religioso mesmo, dos índios da Amazônia, o que levou, mais tarde, os burocratas do governo a mudarem o nome da hidrelétrica para Belo Monte, como se a mera troca de nomenclatura resolvesse um problema de tamanha magnitude. O gesto da índia Tuíra foi o mais eloqüente protesto dos povos da floresta e da Amazônia contra a construção da hidrelétrica, que, como a de Tucuruí, acarretaria tremendos impactos ambientais.

Em Belém, o editor do boletim, que mal acabara de ser designado o Primeiro Curador de Defesa do Meio Ambiente no Pará, recebeu do Chefe do Ministério Público, Procurador-Geral de Justiça Arthur Cláudio Melo, a incumbência de officiar como acusador contra o Estado brasileiro, levado ao banco dos réus como o principal responsável pela devastação da Amazônia, no júri simulado do *Tribunal Amazônico da Natureza* convocado em apoio ao Encontro dos Povos da Floresta, em Altamira, por 23 associações profissionais e entidades



ambientalistas e de direitos humanos lideradas pela Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil e que se instalou no Centro de Convenções “Tancredo Neves” no dia 21 de fevereiro de 1989, sob a presidência do ecologista gaúcho José Lutzemberg (1926-2002) e do médico e ambientalista paraense Camilo Viana. Na tribuna de acusação, depois de elencar as várias causas da devastação da região, o editor do boletim assim resumiu o seu *libelo-crime* acusatório contra o Estado brasileiro:

“O que vem ocorrendo na Amazônia, em termos de devastação, é, sobretudo, incamufável responsabilidade do Estado, que domina a região com a sua forte presença marcada pela visão nitidamente colonialista e capitalista do *modelo de desenvolvimento* adotado pelo país.

“O Estado Nacional, como autêntico *padrasto da Amazônia* (expressão muito bem cunhada pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto), sempre encarou a região de forma *residual*, como uma fonte riquíssima e inesgotável de recursos naturais sempre explorados como matéria-prima para o parque industrial do Sul, do qual a região é condicionada, pelo Estado centralizador, a ser um potencial mercado consumidor.

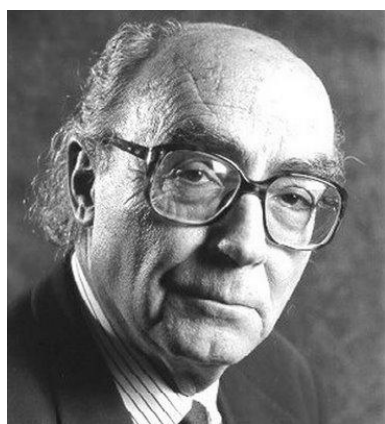
“A política de desenvolvimento da Amazônia tem sido uma falácia. Até aqui, a região, como mera *colônia*, só tem sofrido os malefícios do *progresso*, enquanto que os verdadeiros lucros e benefícios são canalizados para outras regiões, ditas *desenvolvidas*, e para os cofres das poderosas empresas estrangeiras atraídas para o país pela generosa legislação inspirada na obsessão do *dólar a qualquer custo* (...)

“O Estado autoritário, pós-1964, reduziu os Governadores dos Estados – eleitos indiretamente após a chancela do Presidente da República –, à condição de meros delegados ou prepostos do Poder Central. Os políticos da região, na maioria oriundos das oligarquias rurais ameaçadas pelo processo de *modernização* discricionariamente imposto à Amazônia, apoiaram, entusiástica e subservientemente, todas as decisões do Poder Central, na ânsia suprema de assegurar o desfrute dos privilégios cartoriais fartamente utilizados para silenciar a *consciência regional* (...)

“A abertura de grandes estradas, os programas migratórios, a política de concentração da terra, os incentivos fiscais e a instalação de grandes projetos agropecuários, madeireiros, minerais e hidrelétricos, constituem a face mais visível da ação nefasta do Estado na Amazônia, dando-nos uma pálida ideia da enorme responsabilidade desse mesmo Estado, muitas vezes escondida nas dobras dos interesses inconfessáveis, pela gritante e absurda devastação desta região.”

Obviamente, o Estado Nacional foi inapelavelmente condenado pela estrondosa aclamação do auditório superlotado. Mas, por mais estranho que pareça, vinte e dois anos já se passaram e o Poder Central não mudou nem um milímetro a sua retrógrada mentalidade e parece querer manter eterna e inteiramente dominada a Amazônia brasileira.

À maneira de Saramago (1922-2010) – Prêmio Nobel de Literatura (1998)



“A criança que eu fui não viu a paisagem tal como o adulto em que se tornou seria tentado a imaginá-la desde a sua altura de homem. A criança, durante o tempo que o foi, *estava* simplesmente na paisagem, fazia parte dela, não a interrogava, não dizia nem pensava,

por estas ou outras palavras: “Que bela paisagem, que magnífico panorama, que deslumbrante ponto de vis-

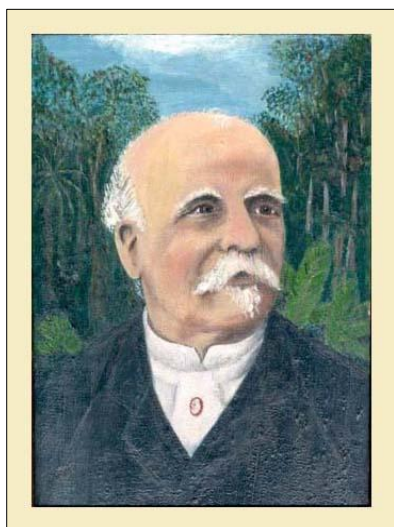


O (então jovem) editor do boletim quando acusou o Estado brasileiro no **Tribunal Amazônico da Natureza** (Centur, 21/02/1989) ao lado do ecologista Camilo Viana – que piscou na hora do ‘clíc’ do fotógrafo mas jamais cochilou na defesa da floresta e dos povos da Amazônia.

Os interesses econômicos das grandes empresas e o nebuloso programa de *obras eleitoreiras* do governo federal insistem em impor, atabalhoadamente, sem os devidos estudos de impacto ambiental e as necessárias medidas compensatórias, a execução do projeto da UHE de Belo Monte goela abaixo da população que há mais de vinte anos resiste impávida, com o apoio irrestrito do Ministério Público, a essa intenção maligna do Poder Central.

O país não pode, é claro, prescindir do potencial energético dos nossos rios. Mas depois de duas décadas do impoluto gesto da índia Tuíra, é absolutamente inconcebível que o governo federal ateste tão publicamente nada ter aprendido com os erros de Tucuruí e ainda utilize os mesmos e fraudulentos métodos para impor sua vontade à revelia do nosso povo e da região.

ta!” (...) Não se sabe tudo, nunca se saberá tudo, mas há horas em que somos capazes de acreditar que sim, talvez porque nesse momento nada mais nos podia caber na alma, na consciência, na mente, naquilo que se queira chamar ao que nos vai fazendo mais ou menos humanos. Olho de cima da ribanceira a corrente que mal se move, a água quase estagnada, e absurdamente imagino que tudo voltaria a ser o que foi se nela pudessem voltar a mergulhar a minha nudez da infância, se pudesse retomar nas mãos que tenho hoje a longa e húmida vara ou os sonoros remos de antanho, e impe-lir, sobre a lisa pele da água, o barco rústico que conduziu até às fronteiras do sonho um certo ser que fui e que deixei encalhado algures no tempo.” (José Saramago, *As Pequenas Memórias*, edição de 2006).

(Re)descobrimo F. Gomes de Amorim – As “queimadas” na Amazônia

Francisco Gomes de Amorim (1827-1891), em um dos seus vários retratos pintados por seu bisneto homônimo, tendo, ao fundo, a grandiosa floresta amazônica que ele tanto amou.

“É difícil poder-se avaliar o que são as *queimadas* das pastagens do Pará e Amazonas sem uma vez ao menos ter assistido a elas. Imagine-se o efeito que produziria o Oceano ardendo e ter-se-á feito ideia aproximada do espetáculo imponente que apresentam os campos do Marajó, de Macapá, os dos lagos vizinhos de Alenquer, e das muitas campinas que existem em vários pontos do

Baixo Amazonas, quando se lhes deita o fogo no Verão. Eu vi, por várias vezes, o imenso mar de chamas percorrer em poucas horas o espaço de dez léguas, devorando a onda impetuosa de plantas, serpentes, onças e árvores seculares das que das bordas da floresta se debruçam sobre os campos. Sob aquele ardente clima desenvolve-se rapidamente a força vital, e com igual rapidez se opera a transformação da matéria. Assim

como a criança é mulher aos doze anos, a planta faz-se árvore em seis meses. O calor de um Verão consome uma porção de vida vegetal que seria capaz de povoar e cobrir toda a superfície do globo em três ou quatro anos! Além da Ilha de Marajó, ou Joanes, à foz do Amazonas, há em outros lugares da província grandes espaços sem árvores, que a natureza cobre anualmente com um enorme tapete de verdura para sustento dos gados. É, principalmente, ao pé dos grandes lagos que começam essas vastas campinas a que os fazendeiros lançam fogo todos os anos, para fecundar com as cinzas o terreno e facilitar o desenvolvimento da erva nova. A um e outro lado desses campos naturais, e como servindo-lhes de moldura, grandes massas de árvores sempre verdes dão abrigo aos animais durante a ardência do sol. O fogo não penetra nas florestas. Queima ou cresta apenas algumas árvores mais próximas, que reverdecem novamente. Em menos de três meses transforma-se o campo inteiramente, e por entre as relvas que nutrem os gados crescem cactos e outras plantas agigantadas, que em seis meses atingem grandes alturas, mas que nunca chegam a formar novas florestas porque os terrenos ou não sei que outras circunstâncias, se opõem a isso. As matas propriamente ditas, param à borda dessas *stepes*, como se Deus lhes tivera dito: *Não passareis daí!*” (**Francisco Gomes de Amorim**, atualíssimo, em *Ódio de Raça*, teatro, 1854, nota nº 54; respeitada a ortografia da edição de 2000 da Angelus Novus Editora).

CORREIO ELETRÔNICO (desculpamo-nos por não reproduzir, por falta de espaço, todos os e-mails recebidos):

- **FRANCISCO GOMES DE AMORIM (10/01/2011 - 14h26, Rio de Janeiro/RJ):** “Parabéns, meu Amigo. Achei o Boletim muito interessante, “*porque povo sem tradições e raízes é povo sem futuro!*” E terei o maior gosto e interesse em continuar a receber! Um forte abraço.”
- **LIRACY SOUZA (10/01/2011 - 19h58, Belém/PA):** “Olá Ismaelino. Manifesto meus parabéns pela iniciativa e grandeza do conteúdo de *O Marambiré*. É a partir de pessoas que possuem alto grau de sensibilidade e senso de socialização da história e da vida de Alenquer e seu povo que seremos capazes de reconhecer e conhecer as grandezas dessa terra maravilhosa que nos deu seu chão, seus ares e suas belezas.”
- **MANUEL COSTA (11/01/2011 - 13h15 - Diretor da Biblioteca “Rocha Peixoto”, Póvoa de Varzim/ Portugal):** “Quanto ao seu Boletim Cultural digital, que acabei de ler, tenho que felicitá-lo pela iniciativa, pois trata-se de uma publicação que estou certo vai contribuir muito para divulgar a cultura da vossa Cidade e Região.”
- **MANUEL GOMES DA TORRE (11/01/2011 - 19h38, Cidade do Porto/Portugal):** “Caro Dr. Luiz Ismaelino Valente: Por este andar, não mais paro de escrever para felicitá-lo pelo seu dinamismo e pela seu empenhamento na divulgação de coisas de cultura. Desta vez, pelo lançamento deste *O Marambiré*, de saborosa leitura e rico em informação sobre realidades tão distantes deste cantinho no lado oriental do Atlântico, bem como pela excelente concepção gráfica. Pela leitura, fiquei a saber o que é o Marambiré e da fundação (e existência) do MCA. Obrigado por este delicioso cheirinho a Brasil que teve a gentileza de me remeter e que, se me der licença, difundirei entre os meus amigos e familiares.”
- **DANIEL NASCIMENTO (17/01/2011 - 20h28, Manaus/AM):** “Meu querido amigo, só uma pessoa como você poderia ter a iniciativa de criar *O Marambiré*. Li-o apenas hoje, mas me deixou com saudades da nossa bela e inesquecível cidade. Gostaria de colaborar com o Boletim com algum texto literário ou científico de interesse de nossa cidade. Vou escolher alguns e lhe enviar, para avaliação. Abraço do amigo e grande admirador.” (Resposta do editor: *Às ordens, professor doutor Daniel. Pode mandar suas colaborações. Terei muito prazer em dar guarida aos seus textos sempre oportunos*).